



INVESTIGAÇÃO

Escândalo das emendas chega ao presidente do PL

Dino ordena bloqueio de bens de Valdemar Costa Neto por desvio de R\$ 119 milhões. Investigação da PF aponta que o dirigente, mesmo sem mandato parlamentar, usava servidores da Câmara para conseguir os repasses. Defesa fala em “premissas frágeis”

» IAGO MAC CORD
» LUIZA ALTOE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio imediato de mais de R\$ 119,2 milhões em bens e ativos financeiros do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. O dirigente partidário é suspeito do desvio de destinação de 21 emendas parlamentares.

A investigação da Polícia Federal aponta que Costa Neto, mesmo sem exercer mandato parlamentar, atuava como o verdadeiro mandante do direcionamento de recursos públicos, utilizando uma estrutura paralela na Câmara dos Deputados para gerir o chamado “orçamento secreto”. De acordo com a apuração, o esquema operou entre junho de 2024 e março deste ano.

A PF aponta a atuação de três servidores da Câmara como braços operacionais do presidente do PL no esquema. Entre eles está Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, apontada como responsável pela organização e pelo encaminhamento das emendas do orçamento secreto.

Junto a ela atuava Nara Benedetti Nicolau Brum, lotada na Liderança do PL, cuja função seria viabilizar tecnicamente as destinações e cadastrar as planilhas do parlamentar.

O terceiro operador identificado é Garigham Amarante Pinto, advogado na Liderança do partido e emissário direto de Costa Neto, que ficava encarregado de negociar valores globais — a exemplo de um montante de R\$ 24 milhões destinado ao Turismo, mencionado em diálogos interceptados pela PF.

Conforme a corporação, o grupo operava de forma clandestina, tratando as emendas como “quotas privadas” de um agente estranho ao Parlamento, utilizando siglas como “VCN” ou expressões como “do Valdemar” em planilhas internas para identificar as reservas financeiras destinadas ao suposto líder da organização.

“A espantosa ascendência que alguns servidores da Câmara dos Deputados parecem atribuir ao investigado Valdemar Costa Neto contrasta com a ausência de título jurídico que lhe permita dispor do orçamento público, sejam quais forem os valores, sejam quais forem os seus destinatários”, frisou Dino.

O grupo manipulava documentos para conferir “ares de legalidade” aos repasses. Planilhas eram forjadas para alocar falsamente deputados federais em exercício como os “solicitantes” oficiais das emendas junto aos ministérios, quando, na realidade, as indicações partiam diretamente de Costa Neto.

As investigações identificaram pelo menos 21 emendas parlamentares cujos documentos foram adulterados. Embora o bloqueio total alcance os R\$ 119,2 milhões, o prejuízo já consumado aos cofres públicos — referente a emendas efetivamente pagas — é estimado em R\$ 104 milhões.

Em um dos diálogos interceptados pela PF, Garigham Pinto mencionou a intenção de Costa Neto de “jogar no turismo os 24 (milhões)”, referindo-se a um montante específico que seria pulverizado em municípios de sua escolha.

Dino sustentou que a conduta viola frontalmente os princípios constitucionais de transparência e rastreabilidade, uma vez que o processo orçamentário não permite a

Beto Barata/ PL



A defesa de Costa Neto disse não haver provas de que o dirigente aderiu ao suposto esquema criminoso

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Garigham Amarante Pinto

Reprodução / LinkedIn



Mariângela Fialek, a “Tuca”

Trechos dos diálogos que constam da investigação

Mariângela Fialek: “Só semana que vem ok?” (ao receber a planilha): “Vc tem a planilha Codevas? Passou pra ele?”

Nara Brum: “Ok. As do valdemar já estamos terminando de cadastrar”.

Em 25/8/2025

Mensagem de Garigham Pinto para Mariângela Fialek: “Marquei com o Valdemar amanhã 10:30. Acho que ele vai jogar no turismo os 24. Pode ser?”

Mariângela Fialek pede calma ao servidor, que ela passaria “quanto”. Informa, ainda, que já teria resolvido alguns e que até o final do dia passaria para Garigham.

Garigham: “Pode colocar o máximo que der. Ele tá querendo Turismos”.

Em 26/8/2025

Garigham cobra Mariângela: “Fechou o valor do Pres Valdemar?”

Mariângela: “Se puder trocar tudo turismo ótimo”.

Garigham: “24 milhões tá bom”.

Horas depois

Garigham para Mariângela: “Voltei do VCN”.

Em seguida, ele tenta combinar de ir à sala de Mariângela. Em seguida, envia uma mensagem temporária e uma aparente lista, contendo município, o CNPJ correspondente, boa parte acompanhada do nome Turismo.

Em 28/8/2025

Nara Brum: “Alteração em Turismo – VCN”

Mariângela: “Já tenho”

Nara: “Não, o Valdemar pediu pra trocar algumas das indicações que ele fez ontem em turismo, porque os municípios não iriam conseguir executar”.

Fonte: decisão do ministro Flávio Dino



Não restam dúvidas de que as ações ora investigadas causaram prejuízo ao erário, no ponto em que emendas representativas de mais de R\$ 119 milhões foram forjadamente encaminhadas e desviadas. O fato de que um terceiro não atuante no Parlamento tinha o poder e a ingerência sobre o direcionamento do orçamento público é gravíssimo e materializa o que de mais nefasto há em termos de desvios envolvendo o tema do orçamento secreto”

Trecho da decisão do ministro Flávio Dino, do STF

Segundo os advogados, as medidas cautelares determinadas contra o presidente do PL foram fundamentadas em “inferências subjetivas”. Eles alegaram não haver provas ou indícios de que o dirigente partidário “tenha aderido conscientemente a um suposto esquema criminoso”.

“É natural e legítimo, no sistema democrático, que um presidente partidário dialogue com parlamentares, defenda prioridades programáticas, articule interesses nacionais e regionais e influencie politicamente sua bancada. Nada há de criminoso nisso”, sustentaram. “A atuação político-partidária somente poderia ter relevância penal se acompanhada de indícios concretos de fraude, desvio funcional, ocultação deliberada ou apropriação indevida da execução da despesa pública. Esses elementos não estão minimamente demonstrados.”

Outro ponto destacado pela defesa diz respeito à imposição das medidas cautelares, mesmo com o posicionamento contrário da Procuradoria-Geral da República (PGR). “Foram impostas restrições graves com base em suposições sem qualquer demonstração individualizada de dolo, fraude, desvio de finalidade ou participação consciente em qualquer crime, além de estar claro na decisão de que não houve, com o devido respeito, qualquer vantagem pessoal para Valdemar”, afirmou.

Os defensores acrescentaram: “É especialmente preocupante a premissa de que a indisponibilidade deve recair sobre o patrimônio integral do investigado ‘até que o inquérito aporte elementos mais seguros’”.

Procurado pelo **Correio**, Garigham Pinto limitou-se a dizer que sua atuação é “técnica”. A reportagem tentou contato com os outros envolvidos na decisão, porém não obteve retorno.

Parlamentares “solicitantes”

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e os deputados Luiz Carlos Motta (PL-SP) e Capitão Alden (PL-BA) aparecem como autores de emendas que, segundo a PF, foram apadrinhadas pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto no esquema suspeito de desvios.

Os três parlamentares do PL aparecem como solicitantes formais das emendas, conforme levantamento do *Estadão* com base em dados do governo federal, da Câmara e da PF.

Sóstenes não comentou. Luiz Carlos Motta afirmou que seu nome aparece porque ele foi relator do Orçamento em 2024. Capitão Alden alegou que a indicação foi regular e resultado do “procedimento institucional adotado”.

Sóstenes colocou seu nome em R\$ 94 milhões de emendas que, de acordo com os investigadores, eram de Costa Neto. Mesmo sendo do Rio, o líder do PL aparece como solicitante de recursos para municípios de São Paulo, Paraná, Bahia e Pará, além do próprio Rio. A maior emenda foi de R\$ 25 milhões para Porto Seguro (BA).

Luiz Carlos Motta assumiu a indicação de duas emendas no valor de R\$ 22,8 milhões para Suzano e Ubatuba (SP). Capitão Alden, por sua vez, colocou o nome em uma emenda de R\$ 2,4 milhões para Itaguaçu da Bahia (BA). Todas elas são das comissões de Saúde e de Turismo da Câmara.

Emendas de comissão são recursos indicados pelas comissões da Câmara e do Senado no Orçamento da União. Após o fim do orçamento secreto, elas cresceram e herdaram o esquema. O governo libera o dinheiro, mas o nome do parlamentar que indicou a verba não aparece.

Flávio defende

Nas redes sociais, o pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro (RJ) classificou a atuação da PF no caso como “seletiva”. De acordo com o senador, a corporação age para “constranger” adversários políticos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele voltou a defender as investigações de Lulinha, filho do chefe do Executivo, por suspeitas de fraudes envolvendo descontos em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A Polícia Federal, que diz não ter efetivo, nem recursos para investigar as denúncias contra Lulinha, filho do presidente Lula, mais uma vez mobiliza recursos para atacar adversários do presidente. Essa perseguição precisa parar”, afirmou, em postagem nas redes sociais.

Ele chamou de “natural” a atuação conjunta de Costa Neto com deputados federais, em especial os do PL, tendo em vista que ele é o presidente nacional do partido.

Nas redes sociais, parlamentares da base do governo também se manifestaram, apostando que a decisão pode impactar na campanha presidencial de Flávio.

Vice-líder do governo, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) escreveu: “Mais um escândalo que vai cair como uma bomba na campanha de Flávio”.